

## **MINUTA**

**SIG 06.2016.00005929-8**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por sua Promotora de Justiça titular, da Promotoria de Justiça da Comarca de Coronel Freitas, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e o **Município de Águas Frias**, por seu Prefeito Municipal **Ricardo Rolim de Moura**, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, nos moldes do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, artigo 89 da Lei Complementar 197/00 e artigo 19 do Ato 335/2014/PGJ; e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos moldes do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público incumbe a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal 7.853/89<sup>1</sup>;

**CONSIDERANDO** que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, nos moldes do artigo 23, II, da Constituição Federal;

---

<sup>1</sup> Art. 3º As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.

Art. 6º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

**CONSIDERANDO** que é preceito constitucional a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação, nos moldes do artigo 227, § 1º, II, da Constituição Federal<sup>2</sup>;

**CONSIDERANDO** que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) se destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania<sup>3</sup>;

**CONSIDERANDO** que compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida, nos moldes do artigo 10 da Lei 13.146/15;

**CONSIDERANDO** que os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nos moldes do artigo 26 da Lei 13.146/15;

**CONSIDERANDO** que os conselhos são instâncias de participação

---

<sup>2</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: [...] II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

<sup>3</sup> Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

e de controle social, tendo como pauta a efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência;

**CONSIDERANDO** que, até o momento, o **Município de Águas Frias** não implementou o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em afronta, portanto, ao preconizado pelo ordenamento jurídico;

## **R E S O L V E M**

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) mediante as cláusulas que se seguem:

### **I - OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) tem por objetivo a implementação de Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência pelo **COMPROMISSÁRIO**, em consonância com as condições legais vigentes.

### **II – OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a elaborar e remeter à Câmara Municipal de vereadores, projeto de lei destinado a implementar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no prazo máximo de 60 dias, contendo os seguintes itens:

I) forma de investidura e composição (paridade de representantes do Poder Público e da sociedade civil);

II) mandato;

III) competências;

IV) remuneração dos conselheiros;

V) estrutura e funcionamento (acessibilidade);

VI) disposições gerais.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** Caso o projeto de lei seja aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a informar, no prazo de 60 dias, ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONEDE, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

### **III – PRAZO**

**CLÁUSULA QUARTA.** As obrigações deverão ser integralmente cumpridas pelo **COMPROMISSÁRIO** no prazo máximo de **6 (seis) meses**, a contar da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

### **IV – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA QUINTA.** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento do procedimento administrativo ao qual se vincula, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 26, *caput*, do Ato 335/2014/PGJ.

**CLÁUSULA SEXTA.** Em caso de descumprimento do presente acordo por parte do **COMPROMISSÁRIO**, incorrerá na multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por cada obrigação que for descumprida, cujo valor será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

**CLÁUSULA SÉTIMA.** O Ministério Público (**COMPROMITENTE**) obriga-se a: **1)** não adotar qualquer medida judicial contra o **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado; **2)** antes de promover a execução do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), requisitar informações ao **COMPROMISSÁRIO**, acerca do cumprimento das

obrigações avençadas.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Coronel Freitas, 19 de abril de 2018.

[assinado digitalmente]

**Rafaela Vieira Bergmann**  
**Promotora de Justiça**

**Ricardo Rolim de Moura**  
**Prefeito Municipal**  
**Município de Águas Frias**